

**LEGISLAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>
<b>TRIBUTOS PRÓPRIOS (Impostos/Taxas/Contribuições)</b>	Art. 156 da Constituição Federal de 1988, arts. 32 a 42 Código Tributário Nacional – Lei 5.172 de 25/10/66, LC 116/03 e art. 51 ao 95 do Código Tributário Municipal – Lei 1.611 de 30/12/83;
<b>IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS RETIDOS NA FONTE</b>	Art. 145, II, da Constituição Federal de 1988, art. 77 do Código Tributário Nacional – Lei 5.172 de 25/10/66 e arts. 149 a 184 do Código Tributário Municipal – Lei 1.611 de 30/12/83;
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	Art. 158, I da Constituição Federal de 1988;
<b>MULTAS E JUROS TRIBUTÁRIOS</b>	Código Tributário Municipal – Lei 1.611 de 30/12/83, demais Códigos e Leis Municipais. Decreto 10.116/99; Decreto 1197/09; Decreto 923/08; Decreto 748/07; e Decreto 948/08 referentes aos Preços Públicos;
<b>MULTAS DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO</b>	Arts. 35, 36 e outros do Código Tributário Municipal – Lei 1.611 de 30/12/83;
<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA</b>	Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal 9.503 de 23/09/97, e Lei Federal 9.602 de 21/01/98;
<b>FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS</b>	Art. 284 a 295 do Código Tributário Municipal – Lei 1.611 de 30/12/83;
<b>COTA-PARTE NO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL</b>	Art. 159, I, B da Constituição Federal de 1988;
<b>COTA-PARTE NO IMPOSTO NA PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES</b>	Art. 158, II da Constituição Federal de 1988;
<b>COTA-PARTE NO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS</b>	Art. 158, III da Constituição Federal de 1988;
<b>COTA-PARTE NA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	Art. 158, IV da Constituição Federal de 1988;
<b>COTA-PARTE NA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – CIDE</b>	Art. 159, § 3.º da Constituição Federal de 1988;
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO – PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária</b>	Art. 1-B da Lei Federal 10.336, de 19/12/2001 e § 4.º do art. 159 da Constituição Federal de 1988;
	Lei 4.040 de 20/10/06.